



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

LEI N.º 1.183/2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara aprovou, e assim sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R\$ 2.200.000,00** (dois milhões e duzentos mil reais), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias, Programa de Trabalho e Fonte de Recurso, referentes ao **IPAM – Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal**, conforme abaixo especificados:

| PROGRAMA DE TRABALHO | CÓDIGO ECONÔMICO | RECURSO | VALOR-R\$ |
|-------------------------------|------------------|-----------|---------------------|
| 2070-09.272.0002.2.085 | 3.1.90.01.01.02 | Royalties | 1.342.000,00 |
| 2070-09.272.0002.2.085 | 3.1.90.03.01.02 | Royalties | 858.000,00 |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | | | 2.200.000,00 |

Art. 2º - Os recursos para atendimento da presente Lei, com fundamento contábil orçamentário no Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, serão por conta de anulação de dotações no orçamento do **Fundo Municipal de Saúde** e do **Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, a saber:

Fundo Municipal de Saúde

| PROGRAMA DE TRABALHO | CÓDIGO ECONÔMICO | RECURSO | FICHA | VALOR-R\$ |
|------------------------|------------------|-----------|-------|--------------|
| 1040-10.302.4003.2.034 | 3.3.50.43.02 | Royalties | 77 | 1.342.000,00 |

FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

| PROGRAMA DE TRABALHO | CÓDIGO ECONÔMICO | RECURSO | FICHA | VALOR-R\$ |
|--------------------------|------------------|-----------|-------|---------------------|
| 1085.17.512.8501.2.051 | 3.3.90.39.02 | Royalties | 09 | 858.000,00 |
| TOTAL DE ANULAÇÃO | | | | 2.200.000,00 |

Art. 3º - Em decorrência dos artigos anteriores ficam alterados os quadros de detalhamento das despesas (QDD) referentes ao Exercício Financeiro de 2013.

Parágrafo único – Os recursos não utilizados poderão retornar às fichas que deram origem as anulações.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2013.


SAULO DOMINGUES GOUVEA
Prefeito Municipal